



RELATÓRIO E CONTAS 2017 INDIVIDUAL



Inspiring Performance,
Together.

www.reditus.pt

PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados, da Reditus SGPS, S.A., relativos ao exercício de 2017.

1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O FMI estima que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial se tenha situado nos 3,7% em 2017, adiantando que admite que o bom momento que se viveu em 2017 se mantenha em 2018 e 2019.

Neste contexto favorável, a economia europeia cresceu 2,5% no conjunto de 2017, com uma ligeira desaceleração no último trimestre do ano, refletindo a melhoria das condições económicas globais e os efeitos de uma política monetária expansionista na zona euro.

A médio prazo apontam-se alguns riscos, nomeadamente a possibilidade de um aumento mais rápido do que o previsto da inflação e das taxas de juro nas economias avançadas, bem como a tensão geopolítica e as crises institucionais em algumas partes do mundo. Conhecida já em 2018, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China poderá vir a impactar muito negativamente sobre a economia global.

Economia Portuguesa

Em Portugal consolidou-se a trajetória de crescimento iniciada nos finais de 2013, tendo a economia crescido 2,7% em 2017, mais 1,2 pontos percentuais que o verificado em 2016. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do Investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo muito próximo do registado em 2016. O investimento, passou de um crescimento de 1% em 2016 para quase 10% em 2017. Estes resultados relevam também a aceleração do consumo privado, que aumentou 2,5%.

A taxa anual de inflação ficou nos 1,6%, em alta comparativamente aos 0,9% do ano anterior. Já a taxa de desemprego caiu para 8,9% em 2017, uma diminuição de 2,2 pontos percentuais face a 2016, refletindo o bom ritmo de crescimento económico e a capacidade de geração de emprego da economia.

As contas públicas também apresentaram uma melhoria, tendo o défice global ficado em cerca de 3% do PIB, mas menos de 1% sem contar com os efeitos não recorrentes da capitalização da CGD. O rácio da dívida no Produto começou a sua esperada tendência decrescente.

1.2. Enquadramento Setorial

O mercado português de TIC

Até 2021 o mercado de TI deverá ter um crescimento anual composto de 3%, fruto de um crescimento assimétrico dos seus subsegmentos.

Em 2017 o mercado tradicional de TI caiu 7,9%, segundo a IDC e de acordo com uma revisão feita recentemente por este analista de mercado. Uma tendência que se deverá manter até 2021, a uma taxa média de 7,3% de decréscimo composto.

Por seu lado, e em contraponto, os mercados dos aceleradores cresceram 15,2% e até 2021, juntamente com os da terceira plataforma, devem subir 12,1%.

De acordo com a IDC, em Portugal, a terceira plataforma (cloud, mobilidade, social business e big data) cresceu 15,7% em 2017 e o mercado de aceleradores de inovação (IoT-Internet of Things, Robótica, Impressão 3D, entre outras) teve um aumento de 15,2%. Estes valores refletem um certo atraso do mercado português, relativamente a outros ditos mais evoluídos em termos de TI, nomeadamente nos EUA, onde a terceira plataforma desacelerou o seu crescimento, passando de ritmos de crescimento de dois dígitos para 8 e 9%. Por outro lado as tecnologias de segunda plataforma deverão cair 3%.

Devido a uma recente alteração legislativa europeia, a grande preocupação de 75% dos CIOs das 500 maiores organizações nacionais vai incidir sobre o tema do GDPR.

De acordo com este analista, as tecnologias associadas aos novos "aceleradores de inovação", serão responsáveis pelo impulso dado ao mercado de TI que fará com que este apresente ritmos de crescimentos médios de 4,8% até 2020. Ainda de acordo com a IDC, em 2020, a terceira plataforma e os aceleradores de inovação representarão 52% da despesa com

tecnologia em Portugal, pelo que 25% das 500 maiores organizações portuguesas irão centrar a sua estratégia de diferenciação competitiva através da transformação digital.

Este processo de transformação das organizações irá por seu lado abrir outras oportunidades para os fornecedores de TI, nomeadamente ao nível das estratégias de governance, segurança, privacidade, agilidade (DevOps) e contratação na terceira plataforma. Em 2019, mais de 50% das maiores empresas portuguesas terão uma equipa dedicada à transformação digital, e mais de metade das organizações apostará no Canal para a distribuição e integração de serviços de grandes fornecedores, com mais de 50% das receitas a serem provenientes de Parceiros.

O mercado internacional de TIC

No plano internacional, os estudos da Gartner indicam que os gastos em Tecnologias de Informação (TI) atingirão os 3 mil milhões de euros, em 2018, representando uma subida de 4,5% relativamente a 2017.

De acordo com a Gartner, os gastos mundiais em software deverão aumentar 9,5%, este ano. Para 2019, está previsto um novo salto de 8,4%, ascendendo aos 345 mil milhões de euros. Por outro lado, os dispositivos deverão crescer 5,6%, este ano.

Para a IDC em 2021, pelo menos 50% do PIB mundial será digitalizado. O crescimento será impulsionado por ofertas e operações alicerçadas no digital e as organizações que tardem em incorporar rapidamente o digital nos seus processos e produtos competirão apenas por uma pequena fatia do mercado.

De acordo com este analista, a digitalização das cadeias de valor das economias conduzirá a uma redução da fronteira entre mercados e regiões e, conseqüentemente, a uma generalização cada vez maior das tendências do mercado de TIC.

Tecnologias estratégicas para 2018

Embora em termos tecnológicos o mundo seja cada vez mais global a adoção das tecnologias continua a ser bastante assimétrica, havendo *delays* significativos de acordo com a maturidade dos mercados e capacidade de investimentos das Organizações. A nível internacional a Gartner considera que um determinado tipo de tecnologias terá um potencial disruptivo, quer em

termos do mercado mundial de TI, quer em termos do seu impacto no processo de inovação dos sectores.

Segundo a Gartner, estas tecnologias são a base da “malha digital inteligente” e podem ser classificadas em 3 grandes grupos, nomeadamente:

- As três primeiras focam na inteligência em toda a parte, o modo como as tecnologias de *data science* estão a evoluir e a incluir *machine learning* avançado e inteligência artificial, permitindo a criação de sistemas de inteligência física e *software-based*, programados para aprender e adaptarem-se:
 - Inteligência Artificial e *Machine Learning*;
 - *Apps* “Inteligentes”;
 - “Coisas” inteligentes.
- As três seguintes centram-se no mundo digital e em como as dimensões físicas e digitais se estão a mesclar:
 - Realidade virtual;
 - Realidade aumentada;
 - *Digital Twin*.
- As quatro últimas tendências centram-se na interligação de plataformas e serviços necessários para entregar uma malha digital inteligente:
 - Sistemas conversacionais;
 - Malha de aplicações e arquitetura de serviços;
 - Plataformas tecnológicas digitais;
 - Arquitetura adaptativa de segurança.

O mercado português de BPO e Contact Centers

Em 2017 o mercado de BPO em Portugal iniciou na prática projetos de automação e robotização numa escala relevante, situação que está diretamente relacionada com o desenvolvimento de projetos de transformação digital por parte dos clientes.

No mercado dos Contact Centers continuamos a assistir a uma concentração de operações relevantes em operadores especializados na gestão de recursos humanos, assumindo os clientes a componente de gestão e evolução dos processos de negócio.

De acordo com o estudo da Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC), o setor dos contact centers gerou, em Portugal, um volume de negócios anual superior a mil milhões de

euros em 2017. Um valor que é atribuível a Prestadores de Serviços (46%); Pequenos Clientes (29%); e Grandes Clientes (25%).

O sector dos contact centers emprega mais de 81 615 colaboradores, num total de 65 000 postos de atendimento distribuídos, sobretudo, por Lisboa (69%); Porto (11%); e Braga (5%).

Para a DBK o sector revela uma tendência de crescimento moderado na ordem dos 3%. Para este crescimento contribuiu também o aumento dos serviços a clientes no estrangeiro, aproveitando os menores custos laborais existentes em Portugal.

A receção de chamadas constitui o principal motor de crescimento do sector. A faturação neste segmento representa mais de 65% do total do sector. A emissão de chamadas, por seu lado, representa cerca de 20% do total do sector, cabendo o resto a outros serviços, os quais têm tido uma tendência de crescimento de quota de mercado.

Por segmentos de atividade destacam-se os sectores de Telecomunicações e Media como os principais segmentos de procura.

O aumento de determinadas despesas e a concorrência bastante agressiva refletiram-se nas margens praticadas e impediram uma melhoria significativa da rentabilidade do sector. No entanto, e apesar da rivalidade, o aumento das vendas, juntamente com os esforços para a contenção de custos e flexibilização das estruturas, permitem antecipar um crescimento moderado das margens das maiores empresas.

Ainda de acordo com a DBK, o mercado de *call center* Português apresenta um potencial de desenvolvimento considerável por via da tendência de externalização de processos por parte das empresas e organismos públicos portugueses, como forma de reduzir gastos, flexibilizar estruturas de custos e aumentar a qualidade do serviço.

A expansão da oferta de serviços, a melhoria dos canais de comunicação alternativos, especialmente o e-mail e redes sociais, e a incorporação de inovações tecnológicas encontram-se entre as principais tendências que irão moldar a atividade das empresas do sector a curto e médio prazo.

2. Perspetiva Geral dos Negócios

Com uma forte presença nacional e internacional, a Reditus disponibiliza serviços e soluções em três áreas, *IT Consulting*, *IT Outsourcing* e BPO.

2.1. *IT Consulting*

A área de *IT Consulting* integra os segmentos de Desenvolvimento Aplicacional e Integração e *Outsourcing* Especializado. Em 2017, esta área de actividade representou 44% das receitas da Reditus.

Desenvolvimento Aplicacional e Integração

Os temas associados à transformação digital das organizações têm sido uma referência na estratégia das empresas e vão continuar a marcar as suas agendas de TI, de forma a dar resposta aos desafios críticos de negócio. A nomeada 3ª plataforma como a Cloud, Mobile, Social, Big Data, IoT (Internet of Things) ou soluções de desenvolvimento Agile, continuam a estar no centro dos interesses e objetivos das organizações.

Durante o ano de 2017, o mercado empresarial manteve a necessidade de otimizar e flexibilizar os seus processos para responder mais rapidamente às novas solicitações dos negócios. Tendo em atenção esta necessidade do mercado, a Reditus reforçou a sua aposta em domínios, como a robotização, a IoT e o desenvolvimento em sistemas cognitivos e de mobilidade da computação.

Para 2018, a Reditus prevê reforçar o seu posicionamento no mercado, de forma a apresentar uma oferta de soluções que permitam:

- Potenciar as sinergias com parceiros nas suas principais áreas de aposta, com diversificação e potenciação das novas ofertas;
- Potenciar e reforçar as oportunidades de cross-selling na oferta de serviços;
- Identificar oportunidades de upsell na base instalada por integração das ofertas;
- Replicar projetos implementados (RedRecovery, Portal Agentes, Inspeção Auto);
- Promover sessões com parceiros para definição de abordagem comercial conjunta e desenvolvimento de oportunidades;
- Apresentar oferta específica para entidades e operadores globais que possam potenciar essa oferta nos seus clientes.

A Reditus irá, igualmente, continuar a desenvolver Academias Tecnológicas com o objetivo de dotar recém-licenciados com conhecimentos em novas tecnologias, para integração em projectos e/ou em regime de Outsourcing Especializado.

Outsourcing Especializado

Na atual conjuntura económica, o Outsourcing Especializado caracteriza-se por ser uma área de atividade com um grande potencial de crescimento. Os desafios impostos por uma economia global cada vez mais competitiva, onde a disponibilização de profissionais de TI, altamente qualificados e em regime de Outsourcing, promovem a flexibilidade e o incremento de qualidade necessários para que os desafios, cada vez mais exigentes, que as TI colocam às Organizações possam ser ultrapassados com sucesso.

Nestes pressupostos o endereçamento de uma oferta de skills cada vez mais qualificados, traz evidentes benefícios quer em termos de faturação, crescimento do negócio, mas acima de tudo, presença reforçada no Cliente com uma maior fidelização do mesmo e dos benefícios que daí advêm.

Foram identificados domínios estratégicos de oferta, tendo em consideração não só o seu potencial de crescimento, mas também o potencial de negócio que a entrega de recursos especializados e com maior qualificação pode trazer para os restantes domínios e áreas de aposta. Desta forma, a Reditus definiu como linhas orientadoras para esta linha de oferta:

- O seu reposicionamento como um key player em serviços de OE;
- O crescimento em novos clientes por “ocupação de espaço” já existente;
- A retenção e crescimento na base instalada;
- A colocação de recursos no mercado internacional (Europa);
- O desenvolvimento de sinergias entre as áreas de operação e comercial de forma a potenciar e reforçar as oportunidades de negócio;
- O crescimento na cadeia de valor através do desenvolvimento de sinergias com outras áreas de oferta.

2.2. IT Outsourcing

A área de IT Outsourcing da Reditus é composta pelas competências de Infraestruturas de TI, representando 32% das receitas totais em 2017.

O segmento de Infraestruturas de TI da Reditus oferece ao mercado soluções compostas por serviços e projetos focados em infraestruturas de Tecnologias de Informação. Os serviços

incluem a gestão, administração e suporte de plataformas tecnológicas, numa lógica de contrato de responsabilidade ou de outsourcing funcional.

Em 2017, a Reditus desenvolveu alterações na sua estrutura organizacional e no modelo de operação, promovendo o foco nas competências dos responsáveis pelo desenvolvimento do negócio nas diferentes áreas da oferta e consolidou as suas ofertas através do reposicionamento da sua Unidade de Negócio Technology Services. Desta forma, agregou as áreas de oferta já existentes e apostou em domínios como as áreas de Cloud, Segurança, Hiperconvergência e a oferta de Serviços Geridos. Neste segmento, a Reditus definiu ainda como prioridade o reforço das suas competências, das relações de parceria e uma aposta em áreas de nicho.

Estas prioridades visaram promover a sustentação da sua oferta de serviços e soluções, potenciando o volume de negócio e o alinhamento da política de preços com os custos internos, por via de um benchmark de mercado.

As alterações implementadas durante 2017 na estrutura organizacional e no modelo de operação, promoveram o foco nas competências internas e no desenvolvimento do negócio nas diferentes áreas da oferta.

Nos domínios considerados como estratégicos, a Reditus irá desenvolver a sua linha de atuação de acordo com várias linhas orientadoras:

- Infraestrutura física, Gestão de Sistemas e Gestão de Dados: crescer na base instalada e angariar projetos de média dimensão;
- Hiperconvergência e Cloud: angariação de projetos via fabricantes/parceiros;
- Serviços Geridos: manter base instalada, angariar projetos de grande dimensão e endereçar oportunidades internacionais;
- Promover sessões com fabricantes e parceiros para definição abordagem comercial conjunta e desenvolvimento de oportunidades;
- Endereçar agressivamente o mercado das PME com a oferta Full IT Outsourcing, para potenciar os serviços em Gestão de Sistemas (ex: monitorização);
- Reforçar a relação de topo com parceiros estratégicos e a aposta nas formações e certificações das equipas Reditus.

2.3. BPO

A área de BPO da Reditus é composta pelas competências não tecnológicas do Grupo, nomeadamente de BPO, *Contact Center e Shared Services*, representando 24% das receitas totais em 2017.

Em cumprimento do seu plano de negócios trienal, a Reditus fez com sucesso, em 2017, um movimento de diversificação dos seus clientes de BPO e Contact Center, investindo em projetos de média dimensão, com potencial para transformação. Esta estratégia visou a diminuição do risco do negócio, aumentando por outro lado o valor dos serviços prestados.

A perceção por parte dos clientes das vantagens do modelo de *outsourcing* de serviço vs *outsourcing* de recursos continua a ser o grande desafio, que se consubstancia na diferenciação entre um custo unitário mais baixo vs um custo total de operação mais baixo.

A Reditus reposicionou a sua oferta de BPO e Contact Center, apostando no valor acrescentado em detrimento do preço. Esta opção obrigou ao desinvestimento em projetos de baixas margens, assumindo em 2017 o custo dessa transformação, numa perspetiva de investimento no futuro. Desta forma, a empresa centrou os seus esforços no desenvolvimento de ferramentas de medição e disponibilização da informação, em projetos de média dimensão e em novos clientes dos sectores da Saúde e Administração Pública, mantendo a sua atuação nos restantes, onde a Reditus possui já uma longa tradição, nomeadamente: Banca, Seguros, Telecomunicações e Utilities.

O investimento na diversificação dos clientes levou a uma reorganização do modelo de gestão e acompanhamento dos mesmos, para permitir concretizar no terreno a visão de serviços de maior valor acrescentado. Desta forma, a Reditus reforçou a capacidade da equipa de IT dedicada à unidade, juntando às valências já fortemente reconhecidas em sistemas de telefonia IP, tratamento documental, gestão e monitorização de processos, as componentes de Robotização (RPA) e Inteligência Artificial, de forma a alavancar a transformação dos projetos atuais e de novos em 2018.

Prosseguindo a execução do plano 2017-2019 a Reditus vai continuar a manter a orientação da oferta, centrada em BPO e Contact Center numa visão integrada da gestão dos processos de negócio dos seus clientes de front e back office. Conjugando a tecnologia disponível no mercado com a capacidade tecnológica reconhecida da Reditus no desenvolvimento de soluções de automação e robotização, distribuição do trabalho e controlo, continuará a introduzir elementos de sofisticação nos seus serviços e a partilhar valor com os seus clientes e

colaboradores. A disponibilização de recursos especializados continuará a ser uma realidade para resposta às necessidades do mercado.

3. Principais Indicadores Financeiros

A Reditus SGPS obteve em 2017 cerca de 6.901.952 de euros de Perdas imputados de subsidiárias, um EBITDA negativo de 7.618.694 euros e um Resultado Líquido negativo de 7.479.941 euros.

A redução do EBITDA resultante da aplicação do MEP, resulta essencialmente da alteração ao SNC relacionada com a amortização do Goodwill que levou a Reditus Gestão, S.A. a reconhecer um gasto de 6 037 255 euros.

4. Perspetivas para 2018

A atividade da Reditus SGPS continuará centrada no apoio à gestão das empresas em cujo capital atualmente participa, direta ou indiretamente, refletindo nessa ação as orientações estratégicas definidas para todo o Grupo Reditus.

5. Aplicação de Resultados

Tendo o exercício de 2017 encerrado com um resultado líquido negativo de 7.479.941,25 euros, o Conselho de Administração propõe que:

- O valor de 7.479.941,25 euros seja transferido para Resultados Transitados.

6. Declaração de Conformidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão, das contas anuais, da Certificação Legal de Contas e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e

apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

7. Agradecimentos

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes nas sociedades do Grupo Reditus, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objetivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Conselho Fiscal, do Conselho de Estratégia, das Comissões Especializadas, dos Bancos, Auditores e dos outros parceiros de negócios, alicerçando a sustentabilidade do futuro do Grupo Reditus.

Alfragide, 30 de abril de 2018

O Conselho de Administração,

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Presidente

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Dr. Helder Filipe Ribeiro Matos Pereira - Administrador

PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REDITUS, SGPS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	7.800	7.800
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	50.857.242	58.029.867
Ativos por impostos diferidos	8	980.880	561.269
Total do ativo não corrente		51.845.922	58.598.935
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	95.829	277.654
Estado e outros entes públicos	16	187.574	736.525
Outros créditos a receber	9	8.442.667	34.824.192
Diferimentos	10	7.474	15.257
Ativos financeiros detidos para negociação	11	9.611	37.842
Caixa e depósitos bancários	4	30.172	79.952
Total do ativo corrente		8.773.325	35.971.421
Total do ativo		60.619.247	94.570.357
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	73.193.455	73.193.455
Ações (quotas) próprias	12	(1.426.438)	(1.426.438)
Prémios de emissão	12	9.952.762	9.952.762
Reservas legais	12	2.086.160	2.086.160
Outras reservas	12	1.522.269	1.522.269
Resultados transitados	12	(20.318.932)	(12.438.413)
Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio	12	(28.380.584)	(28.243.182)
Excedentes de revalorização		5.939	5.939
Resultado líquido do período		36.634.632	44.652.552
Total do capital próprio		(7.479.941)	(7.880.518)
		29.154.690	36.772.033
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	1.095.364	1.228.636
Financiamentos obtidos	14	21.042.235	21.914.967
Estado e outros entes públicos	16	2.157.109	2.392.287
Outras dívidas a pagar	15	-	1.860
Total do passivo não corrente		24.294.709	25.537.750
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	419.472	1.838.997
Estado e outros entes públicos	16	1.257.120	706.010
Financiamentos obtidos	14	4.926.602	29.092.914
Outras dívidas a pagar	15	566.655	612.432
Diferimentos	10		10.221
Total do passivo corrente		7.169.849	32.260.573
Total do passivo		31.464.557	57.798.324
Total do capital próprio e do passivo		60.619.247	94.570.357

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Vendas e serviços prestados	17		812.242
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	(6.901.952)	(6.199.867)
Fornecimentos e serviços externos	18	(359.462)	(702.248)
Gastos com o pessoal	19	(30.105)	(29.500)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	(22.139)	
Outros rendimentos	20	162.496	267.463
Outros gastos	21	(467.531)	(305.294)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(7.618.694)	(6.157.204)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
		(7.618.694)	(6.157.204)
Juros e rendimentos similares obtidos	22	869.330	156.422
Juros e gastos similares suportados	22	(746.640)	(2.017.077)
Resultado antes de impostos		(7.496.004)	(8.017.859)
Imposto sobre o rendimento do período	8	16.062	137.340
Resultado líquido do período		(7.479.941)	(7.880.518)
Resultado por ação básico		(0,823)	(0,867)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2017	12	73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.086.160	1.522.269	(12.438.413)	(28.243.182)	5.939	(7.880.518)	36.772.033
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(7.880.518)			7.880.518	-
Alterações de políticas contabilísticas											-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-
Outras variações Capitais Próprios											-
Variações dos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											-
Outras variações Capitais Próprios								(137.402)			-
Efeito de aquisição / alienação de participadas											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:											-
		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.086.160	1.522.269	(20.318.932)	(28.380.584)	5.939	-	36.772.033
Resultado líquido do período										(7.479.941)	(7.479.941)
Resultado Integral										(7.479.941)	29.292.092
											-
Posição no fim do período 2017		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.086.160	1.522.269	(20.318.932)	(28.380.584)	5.939	(7.479.941)	29.154.690

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016	12	73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.079.485	1.522.269	(12.465.114)	(25.625.669)	5.939	33.376,02	47.270.064
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício					6.675	-	26.701			(33.376)	0,00
Alterações de políticas contabilísticas											-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-
Outras variações Capitais Próprios											-
Variações dos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											-
Outras variações Capitais Próprios								(2.617.513)			-
Efeito de aquisição / alienação de participadas											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:											-
		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.086.160	1.522.269	(12.438.413)	(28.243.182)	5.939	-	47.270.064
Resultado líquido do período										(7.880.518)	(7.880.518)
Resultado Integral										(7.880.518)	39.389.546
											-
Posição no fim do período 2016		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.086.160	1.522.269	(12.438.413)	(28.243.182)	5.939	(7.880.518)	36.772.033

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		584.265	2.334.657
Pagamentos a fornecedores		(1.868.720)	(2.633.184)
Pagamentos ao pessoal		(16.466)	(24.924)
Caixa gerada pelas operações		(1.300.920)	(323.451)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos / pagamentos		(252.224)	(1.240.979)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(1.553.144)	(1.564.430)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	1
Outros ativos		(37.985)	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		29.326	-
Outros ativos		-	-
Dividendos		-	29.326
Fluxos das atividades de investimento [2]		(8.659)	1
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Financiamentos obtidos Grupo		19.232.258	15.206.813
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	19.232.258
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(509.186)	(550.500)
Financiamentos obtidos Grupo		(16.954.931)	(10.862.432)
Juros e gastos similares		(642.472)	(669.818)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		(18.106.589)	(12.082.750)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		1.125.669	3.124.062
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(436.134)	1.559.633
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	79.825	(1.479.808)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(356.309)	79.825

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, constituída em 1966 e com sede social em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro nº 125 loja 2 1050-052.

As demonstrações financeiras e as notas anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 29 de março de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis em Portugal às empresas que estão sujeitas ao Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o conjunto das normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF), previstas pelo sistema de normalização contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelo das demonstrações financeiras);
- Portaria nº 2018/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas).

A Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as

respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2017 e de 2016 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.3 Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é

registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.4 Participações financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo ou que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das Empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos/ outras variações no Capital Próprio”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em Empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de Empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

3.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que

seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outros créditos a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem contas a receber por serviços prestados pela Empresa. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelos respetivos valores nominais, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade dos créditos a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.6 Resultados por Ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.7 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, quando aplicável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.9 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as

amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

3.10 Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11 Impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.12 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outros créditos a receber” e “Outras dividas a pagar”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) **Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis**

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outros créditos a receber.

(iii) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte decomposição:

	2017	2016
Numerário		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	30.172	79.952
	<u>30.172</u>	<u>79.952</u>
Descobertos bancários (Nota 14)	(386.481)	(127)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração Fluxos Caixa)	<u>(356.309)</u>	<u>79.825</u>

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2017							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativos								
Saldo inicial			15.961	363.022	322.446	3.135		704.563
Aquisições								
Alienações				(39.420)				(39.420)
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.961	363.022	317.046	735		696.763
Depreciações do exercício								
Alienações				(39.420)				(39.420)
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Ativos líquidos					5.400	2.400		7.800

	2016							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativos								
Saldo inicial			15.961	363.022	322.446	3.135		704.563
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15.961	363.022	322.446	3.135		704.563
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.961	363.022	317.046	735		696.763
Depreciações do exercício								
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.961	363.022	317.046	735		696.763
Ativos líquidos					5.400	2.400		7.800

Os ativos fixos tangíveis que permanecem com valor líquido positivo respeitam a obras de arte, as quais não sofrem depreciação.

6 LOCAÇÕES

Locações operacionais:

Os gastos ocorridos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme segue:

	Gasto do período	
	2017	2016
Pagamentos mínimos	124.293	218.487
	<u>124.293</u>	<u>218.487</u>

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2017	2016
Até 1 ano	21.629	-
Entre 1 ano e 5 anos	3.247	-
A mais de 5 anos	-	-
	<u>24.876</u>	<u>-</u>

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	Sede	2017							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	8.280.285	9.375.649	(1.095.364)	215.940	(117.746)	100%	(117.746)	-
Reditus Gestão (valores ajustados)	Lisboa	102.494.379	49.042.488	50.451.891	2.376.109	(7.440.575)	100%	(7.440.575)	50.451.891
Tora	Lisboa	2.101.969	1.696.618	405.351	1.825.045	656.369	100%	656.369	405.351
								<u>(6.901.952)</u>	<u>50.857.242</u>

	Sede	2016							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	8.468.709	9.446.327	(977.618)	307.896	(715.258)	100%	(715.258)	-
Reditus Gestão (valores ajustados)	Lisboa	122.225.327	61.195.459	58.029.868	199.821	(5.268.674)	100%	(5.268.674)	58.029.868
Tora	Lisboa	3.403.565	3.654.583	(35.083)	481.014	(215.935)	100%	(215.935)	-
								<u>(6.199.867)</u>	<u>58.029.868</u>

A Reditus tem provisão constituída para fazer face aos capitais próprios da Reditus Imobiliária (nota 13).

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016.

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme segue:

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE		
	2017	2016
Resultado antes de impostos	(7.496.004)	(8.017.859)
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa	(1.574.161)	(1.683.750)
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	16.322	21.470
Multas, coimas, juros compensatórios	2.405	13.593
Correcções relativas ao exercício anterior		35.609
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento		165.880
Outros	89.962	7.887
Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	1.449.410	1.301.972
	(16.062)	(137.340)
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores		
Gasto com impostos sobre o rendimento	(16.062)	(137.340)

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2017		2016	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	703.288		283.676	
Outros	277.593	-	277.593	-
Saldo final	980.880		561.269	

Em 2017, foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis.

9 ATIVOS FINANCEIROS

Cientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Cientes a)	109.908	(14.079)	95.829	277.654		277.654
	109.908	(14.079)	95.829	277.654	-	277.654
Outros créditos a receber						
Pessoal b)	1.792.262	(1.774.188)	18.074	1.792.389	(1.774.188)	18.201
Deved. Poracréc. Rendimentos c)	1.778.254		1.778.254	1.120.084		1.120.084
Devedores Grupo d)	6.225.980		6.225.980	33.419.518		33.419.518
Outros Devedores	420.359		420.359	266.389		266.389
	10.216.855	(1.774.188)	8.442.667	36.598.380	(1.774.188)	34.824.192
	10.326.763	(1.788.267)	8.538.495	36.876.034	(1.774.188)	35.101.846

- Os saldos de clientes respeitam essencialmente a valores a receber das Empresas do Grupo Reditus;
- Em 2014, a Empresa procedeu ao reforço da imparidade de valores a receber do pessoal, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos não recuperáveis;
- Os devedores por acréscimo de rendimentos referem-se aos management fees a ser faturados em 2018 a Empresas do Grupo;
- A rubrica Devedores Grupo sofreu uma diminuição significativa comparativamente a 2016, justificada pelas cedências de créditos entre empresas do Grupo (Nota 14).

10 DIFERIMENTOS

Diferimentos ativos

O valor dos diferimentos em 2017 e 2016 respeita a gastos diferidos com seguros faturados pelas seguradoras.

	2017	2016
Gastos a reconhecer	7.474	15.257
	7.474	15.257

Diferimentos passivos

O valor dos diferimentos em 2016 respeita a rendimentos diferidos com seguros de responsabilidade civil.

	2017	2016
Rendimentos a reconhecer		10.221
	-	10.221

11 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Acções Millenniumbcp	1.577.846	1.607.172
Imparidade	(1.568.235)	(1.569.331)
	<u>9.611</u>	<u>37.842</u>

As 35.333 ações detidas do BCP encontram-se valorizadas ao justo valor de 0,272 euros.

12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Capital		
Valor nominal	73.193.455	73.193.455
Reservas Legais	2.086.160	2.086.160
Outras Reservas	1.522.269	1.522.269
Resultados Transitados	(20.318.932)	(12.438.413)
Ajustamentos ativos financeiros	(28.380.584)	(28.243.182)
Excedentes de revalorização	<u>5.939</u>	<u>5.939</u>
Ações/quotas próprias	<u>(1.426.438)</u>	<u>(1.426.438)</u>
Prémios / descontos	<u>9.952.762</u>	<u>9.952.762</u>
	<u>36.634.632</u>	<u>44.652.552</u>

Capital social

O capital social era de 73.193.455€ representado por 14.638.691 ações ao portador de valor nominal de 5 euros cada, que se encontravam em 31 de dezembro de 2017 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.

Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2017, a Reditus SGPS detinha em carteira 255.184 ações próprias, representativas de 1,74% do capital social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2017 a reserva legal ascendia a 2.086.160 euros.

Ajustamento de ativos financeiros

A variação dos ajustamentos de ativos financeiros decorre nas variações dos capitais próprios das participadas.

Prémios de emissão

Os prémios de emissão a 31 de dezembro de 2017 ascendiam a 9.952.762 euros.

13 PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADES

Durante o exercício de 2017 e 2016, os movimentos de perdas por imparidades são como de seguida se apresenta:

	2017	2016
Aplicação do MEP (Tora)	0	251.017
Aplicação do MEP (Reditus Imobiliária)	1.095.364	977.618
	<u>1.095.364</u>	<u>1.228.636</u>

14 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de “fornecedores” e de “outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	386.534	1.796.503
Fornecedores, títulos a pagar	32.938	42.449
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	0	44
	<u>419.472</u>	<u>1.838.997</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme segue:

	2017		2016	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	1.093.079	21.042.235	729.533	21.914.967
	<u>1.093.079</u>	<u>21.042.235</u>	<u>729.533</u>	<u>21.914.967</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	386.481		127	
Conta Corrente caucionada				
	<u>386.481</u>	<u>-</u>	<u>127</u>	<u>-</u>
Total instituições financeiras	<u>1.479.560</u>	<u>21.042.235</u>	<u>729.659</u>	<u>21.914.967</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Reditus B. Solutions	540.928		1.225.689	
Reditus CIS	5.000		-	
RBP	2.901.115		27.116.566	
SolidNetworks			20.999	
Total outras entidades	<u>3.447.042</u>	<u>0</u>	<u>28.363.255</u>	<u>0</u>
	<u>4.926.602</u>	<u>21.042.235</u>	<u>29.092.914</u>	<u>21.914.967</u>

Os empréstimos com garantias existentes em 31 de dezembro de 2017 são:

- Empréstimo no Millenniumbcp com o valor em dívida de 19 625 000 euros, o qual tem como garantia o penhor de 502.747 ações do Millenniumbcp e o penhor de 10.900.000 ações da Reditus Gestão;
- O empréstimo do Novo Banco de 1.105.634 euros é uma conta de médio longo prazo, tem como garantia uma penhora de 4º grau, 104.428 ações da Reditus SGPS e 100.000 ações da Reditus Gestão, com uma taxa de juro de 2,75%, que possui uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial caso exista por parte dos acionistas Miguel Paes do Amaral, Fernando Manuel Cardoso Malheiro Fonseca Santos, António Maria Mello Silva César Menezes, José António Limão Costa Gatta, transmissão de participações representativas do capital do grupo superiores a 5% das detidas por cada um deles, e pelo declarante Vicente Moreira Rato, na qualidade cabeça de casal da herança de Frederico Moreira Rato em representação dos herdeiros enquanto detentor de 170.000 ações, a 3ºs que não os acionistas mencionados, até julho de 2018. A partir de julho de 2018, as referidas ações poderão ser vendidas sem quaisquer restrições.

A rubrica “Outros Empréstimos Obtidos” sofreu uma diminuição significativa comparativamente a 2016, relacionada com a cedência de créditos efetuadas em 2017 entre as empresas do Grupo (Nota 9).

A parcela classificada como não corrente em 2017 e 2016 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2017	2016
	Capital	Capital
2018		872.732
2019	751.112	751.112
2020	19.206.112	19.206.112
2021	105.149	105.149
2022	979.862	979.862
	<u>21.042.235</u>	<u>21.914.967</u>

15 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas “Adiantamentos a fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Outras dívidas a pagar		
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	0	1.860
	<u>0</u>	<u>1.860</u>
Corrente		
Fornecedores de investimentos	0	31.942
Credores por acréscimos de gastos	400.773	379.964
Valores de pessoal	95.881	92.049
Outros credores	70.000	108.476
	<u>566.655</u>	<u>612.432</u>
	<u>566.655</u>	<u>614.292</u>

16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não corrente				
Prestacionais		2.157.109		2.392.287
		<u>2.157.109</u>		<u>2.392.287</u>
Corrente:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta / pagamento especial por conta	78.688		78.688	
Estimativa de imposto	58.997		605.251	
Retenção na Fonte	49.888		35.874	715
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Imposto sobre o valor acrescentado		134.323	16.711	200.508
Contribuições para a Segurança Social		647		647
Prestacional (misto)		1.122.149		504.140
	<u>187.574</u>	<u>1.257.120</u>	<u>736.525</u>	<u>706.010</u>

As taxas de juros dos prestacionais são de 4%.

As garantias prestadas pela Reditus SGPS, para os planos, são ações de participadas avaliadas pela AT.

17 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme segue:

	2017	2016
Prestação de serviços	-	812.242
Outros rendimentos (Nota 20)	162.496	267.463
	<u>162.496</u>	<u>1.079.705</u>

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme segue:

	2017	2016
Trabalhos especializados	98.778	269.604
Rendas e alugueres	124.293	218.487
Outros	17.388	95.338
Seguros	45.033	38.622
Água, eletricidade e combustíveis	20.292	19.925
Deslocações, estadas e transportes	19.987	15.385
Comunicação	10.705	12.139
Conservação e Reparação	22.985	32.747
	<u>359.462</u>	<u>702.248</u>

19 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme segue:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	23.793	23.870
Encargos sobre remunerações	5.307	5.307
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	765	82
Outros	241	241
	<u>30.105</u>	<u>29.500</u>

20 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	152.031	180.815
Alienação ativos	7.800	
Outros	2.665	86.648
	<u>162.496</u>	<u>267.463</u>

21 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos ” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Impostos	30.240	41.121
Correções de exercícios anteriores	431.175	169.565
Gastos e perdas em ativos financeiros	0	91.743
Outros	6.116	2.865
	<u>467.531</u>	<u>305.294</u>

A rubrica “Correções de exercícios anteriores” tem como natureza, maioritariamente, a correção ao IVA do ano de 2011, no montante de 403.396€, que foi inserida no plano PERES e que se encontra a ser liquidado.

22 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são conforme segue:

	2017	2016
Juros suportados		
Financiamentos bancários	674.002	650.900
Locações financeiras	1.866	10.915
Empréstimos obrigacionistas		
Mora e compensatórios	16.717	70.751
Outros financiamentos	40.536	1.273.119
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos	6	
Outros gastos de financiamento	13.514	11.391
	<u>746.640</u>	<u>2.017.077</u>

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme segue:

	2017		2016	
Juros obtidos				
Outras aplicações em meios financeiros líquidos		1.095		
Financiamentos concedidos a subsidiárias	868.235	869.330	156.422	156.422
		<u>869.330</u>		<u>156.422</u>

23 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2017:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			15.288	40.536				868.235	117.875
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
			<u>15.288</u>	<u>40.536</u>				<u>868.235</u>	<u>117.875</u>

2016:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			232.905	1.273.119			412.332	156.422	177.431
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas							9.189		
			<u>232.905</u>	<u>1.273.119</u>			<u>421.521</u>	<u>156.422</u>	<u>177.431</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2017:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias							
Associadas		46.017		46.017	37.384		37.384
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas							
		<u>46.017</u>		<u>46.017</u>	<u>37.384</u>		<u>37.384</u>

2016:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber liquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias							
Associadas	253.937			253.937	1.372.865		1.372.865
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão	9.189			9.189	3.309		3.309
Outras partes relacionadas							
	<u>263.126</u>			<u>263.126</u>	<u>1.376.174</u>		<u>1.376.174</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

2017:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias						
Associadas	3.447.042		3.447.042	6.225.980		6.225.980
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u>3.447.042</u>		<u>3.447.042</u>	<u>6.225.980</u>		<u>6.225.980</u>

2016:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias						
Associadas	28.363.254			25.865.407		
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u>28.363.254</u>			<u>25.865.407</u>		

24 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 50.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individual e contas consolidadas.

Dívidas em Mora

A Administração informa que a Empresa apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e dívidas em prestacionais, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de Novembro como se segue:

	2017	2016
IGFSS	214.817	231.816
Direcção Geral dos Impostos	3.198.114	2.862.147
	<u>3.412.931</u>	<u>3.093.963</u>

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e à alínea a), do art. 2º do D.L. 236/95, de 13 de Setembro, Direcção Geral da Autoridade Tributária têm em vigor na presente data, um acordo de pagamento prestacional.

À data de 31 de dezembro de 2017, a Reditus SGPS tinha planos prestacionais ativos em sede Segurança Social e AT. As coimas associadas, não foram provisionadas porque a Administração considera que a sua aplicação não é provável.

Garantias

Responsabilidade como Avalista da Reditus Business Solutions S.A., no montante de 9.379.428 euros.

25 CONTINGÊNCIAS

A Empresa foi notificada para proceder a correções em sede de IRC, com referência aos anos de 2005 a 2007, tendo ainda recebido uma liquidação adicional de IVA referente a 2009:

- (i) A liquidação de IRC referente a 2004 não envolve imposto a pagar, refletindo-se nas correções dos exercícios posteriores. A Empresa aguarda o desfecho da impugnação judicial que apresentou relativamente à liquidação de 2005, na parte em que não lhe foi dada razão em sede do recurso hierárquico. Os recursos hierárquicos que a Empresa apresentou relativamente às liquidações referentes aos exercícios de 2006 e 2007 foram parcialmente deferidos, sendo que a única questão que se mantém em relação a estes dois exercícios, prende-se com o reporte de prejuízos de exercícios anteriores, dependente do resultado da impugnação deduzida contra o IRC de 2005.
- (ii) Relativamente à liquidação de IVA de 2009, a reclamação apresentada foi parcialmente deferida, tendo sido deduzido recurso hierárquico contra a parte indeferida.

É entendimento da Administração que esta situação não implica qualquer responsabilidade não refletida nas contas da Empresa.

26 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código as Sociedades Comerciais.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PARTE III – RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, (Empresa) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 60.619.247 euros e um total de capital próprio de 29.154.690 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.479.941 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Incerteza material relacionada com a continuidade

O elevado nível de endividamento bancário e o atraso continuado no repatriamento das divisas do mercado africano tem limitado a liquidez de tesouraria da Entidade e das suas participadas, condicionando o cumprimento atempado das obrigações com terceiros.

A Administração da Entidade divulgou as condições em que ocorreram aqueles acontecimentos, bem como as medidas concretas que já se encontram em curso e que considera que permitem reequilibrar os fluxos de tesouraria da Entidade e das suas participadas, bem como realizar os ativos e liquidar os passivos, no âmbito normal das respetivas atividades.

Considerando as provas de auditoria recolhidas sobre a informação da evolução favorável das medidas em curso, a nossa opinião não é modificada com respeito à adequada utilização do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras da Entidade e das suas participadas.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. ~

Considerámos na auditoria a seguinte matéria relevante:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Investimentos Financeiros e empréstimos com as empresas subsidiárias	
<p>Em 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico das participações financeiras detidas pela Reditus, SGPS, SA ascendia a cerca de 50.860.000 euros e o montante dos empréstimos concedidos a cerca de 6.226.000 euros (84% e 10%, respetivamente, do total do ativo da Reditus, SGPS, SA), enquanto que os empréstimos obtidos (cerca de 3 447 000 euros) representavam 11% do passivo.</p> <p>Conforme indicado nas notas 3.4 e 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Entidade valoriza as participações financeiras detidas nas suas subsidiárias pelo método da equivalência patrimonial.</p> <p>Face ao acima mencionado, consideramos que estas áreas constituem matérias relevantes de auditoria.</p>	<p>A revisão legal de contas das subsidiárias da Reditus, SGPS, SA é realizada por outra sociedade de revisores oficiais de contas (ROC). Conforme preconizado pela ISA 600 "Auditoria a Grupos", devemos obter prova de auditoria suficiente e apropriada sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Desta forma, procedemos a diversas ações, de entre as quais: (i) estabelecimento de plano de auditoria do Grupo, com instruções de trabalho para o desenvolvimento da auditoria ao Grupo; (ii) reunimos com o ROC das componentes no início, durante e após a comunicação das matérias relevantes, obtendo esclarecimentos e consultado papéis de trabalho para as referidas matérias; (iii) obtenção das Certificações Legais de Contas emitidas pelo ROC; (iv) a conferência dos cálculos afetos à aplicação do método da equivalência patrimonial; e (v) avaliação da razoabilidade das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>



Outras matérias

As demonstrações financeiras da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas e com uma ênfase sobre a alienação da participada ROFF SA, ocorrida naquele exercício.

As presentes demonstrações financeiras referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos do normativo legal em vigor. Contudo, a Empresa também preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela EU, para publicação em separado nos termos da legislação em vigor

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2017, mantendo-nos em funções até à presente data.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 2 de maio de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Empresa durante a realização da auditoria.

Lisboa, 4 de maio de 2018

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 8158)

Representada por:



Victor Manuel Leitão Ladeira
(R.O.C. nº 661)



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2017, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Fiscalização da Sociedade

O Conselho Fiscal, desde que foi eleito, dando cumprimento aos seus deveres legais de fiscalização, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade, e no estrito cumprimento dos seus deveres legais, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou, ainda, o sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo havido quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade. O Conselho Fiscal recebeu sempre a colaboração solicitada por parte do Conselho de Administração, bem como dos responsáveis operacionais pelos serviços de contabilidade, de tesouraria e jurídicos.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais incluem as demonstrações da posição financeira, a demonstração dos resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Além disso analisou, e concorda, com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Declaração de conformidade

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, possa aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2017.

Alfragide, 04 de maio de 2018

O Conselho Fiscal,

Dr. Armando Jorge de Carvalho Costa e Silva – Presidente

Dr. Luís Henriques de Lancastre de Lima Raposo – Vogal

PORTUGAL

SEDE

Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa

ESCRITÓRIOS CENTRAIS

Estrada do Seminário, 2
Edifício Reditus
2614-522 Alfragide

REDITUS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Sociedade Aberta | Sede: Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa
Capital Social: 73.193.455,00 Euros
Matriculada na C.R.C. de Lisboa com o número único de matrícula
de Pessoa Colectiva nº 500 400 997



www.reditus.pt